



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

**APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO Nº 0000414-66.2014.815.0631**

**ORIGEM: Vara Única da Comarca de Juazeirinho**

**RELATOR: Juiz Tercio Chaves de Moura, convocado para substituir a Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira**

**APELANTE/RECORRIDO: Banco do Brasil S/A**

**ADVOGADO: Louise Rainer Pereira Gionedis**

**APELADA/RECORRENTE: Ilma Silva Lima**

**ADVOGADO: Marcelo Dantas Lopes, Daniele Dantas Lopes**

**APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO.** INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO INTERPOSTO COM FUDAMENTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. EXIGÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE NA FORMA PREVISTA NESTE DIPLOMA PROCESSUAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2 DO STJ. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO SEM A APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DO RECOLHIMENTO DO PREPARO RECURSAL. COMPROVAÇÃO QUE SE DEU A *POSTERIORI*. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO. PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO.

- STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça." (Enunciado Administrativo nº 2).

- A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em relação aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973, "considera-se deserta a apelação sem a comprovação

simultânea do respectivo preparo, o que afasta a possibilidade de abertura de prazo para regularização do vício". (AgRg no AREsp 782.666/PE, Relatora: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 27/06/2016).

- Não conhecimento da apelação. Prejudicado o adesivo.

### **Vistos etc.**

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo BANCO DO BRASIL S/A e de **recurso adesivo** de ILMA SILVA LIMA (autora) contra sentença (f. 104/108) do Juízo da Comarca de Juazeirinho, nos autos da ação de indenização por danos morais e materiais, que julgou procedente o pedido inicial, condenando o réu/apelante na obrigação de fazer consistente no restabelecimento da conta bancária da autora, ou, alternativamente, abrir uma nova conta com o mesmo perfil da anterior, bem como ao pagamento de indenização por danos morais fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

O Banco do Brasil S/A, quando da interposição da sua apelação, não comprovou, de forma **simultânea**, o recolhimento do "preparo", só o fazendo *a posteriori*, como se pode observar às f. 147/150.

Em razão disso, foi determinado por esta relatoria (f. 180/183) a intimação das partes para manifestarem-se sobre possível deserção do apelo do Banco do Brasil e prejudicialidade do recurso adesivo.

Apenas o Banco Brasil S/A respondeu, aduzindo que, segundo interpretação literal do art. 1.007, § 4º, do NCPC, poderá comprovar o recolhimento do preparo após a interposição do recurso (f. 185/186).

É o relatório.

### **DECIDO.**

*Ab initio*, mister se faz mister tecer alguns comentários acerca da vigência e da aplicabilidade da novel norma processual civilista.

É cediço que, em regra, **o novo Código de Processo Civil (2015)** será aplicado desde logo aos processos pendentes, a teor do que dispõe seu artigo 1.046. Contudo, tal norma deve ser interpretada também à luz do Direito Intertemporal, respeitando-se o ato jurídico processual perfeito e o direito subjetivo processual das partes.

Sendo assim, **inaplicável o novo CPC** a este julgamento ante os termos do **Enunciado nº 2**, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 09/03/2016, segundo o qual, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça." <sup>1</sup>

Nesse viés, considerando que a decisão recorrida foi publicada em 29/04/2015 (f. 108v/109), portanto, sob a vigência do **antigo** Código de Processo Civil, deve ser aplicado, quando da análise dos requisitos de admissibilidade recursal, o CPC/1973.

Fincado na mencionada premissa hermenêutica, tem-se que o **apelo** aviado pelo Banco do Brasil não pode ser conhecido, em razão da sua **deserção**.

Isto porque, compulsando os autos, notadamente as razões recursais encartadas às f. 113/127, constata-se que o recorrente (Banco do Brasil) não anexou, no ato da interposição do apelo, o comprovante do pagamento do preparo, só o fazendo *a posteriori* (f. 147/150). Na espécie, o recurso foi interposto sem a comprovação **simultânea** do recolhimento do preparo.

A jurisprudência do **STJ** é firme no sentido de que, em relação aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973, "considera-se deserta a apelação sem a comprovação simultânea do respectivo preparo, o que afasta a possibilidade de abertura de prazo para regularização do vício". (AgRg no AREsp 782.666/PE, Relatora: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 27/06/2016).

Vejamos mais precedentes daquela Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREPARO DA APELAÇÃO APRESENTADO UMA SEMANA APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. NÃO COMPROVAÇÃO DO PREPARO CONFORME ART. 511 DO CPC/73. DESERÇÃO CONFIGURADA. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULAS NºS 83 E 484 DO STJ. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE. NÃO APLICÁVEL CONTRA LEGEM. PREVISÃO DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DO PREPARO NO ATO DA

<sup>1</sup> AgInt no AREsp 871.074/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 02/06/2016.

INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA DESERÇÃO SE A COMPROVAÇÃO SE DEU APENAS UMA SEMANA APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. A decisão recorrida manteve a deserção declarada pelo Tribunal de origem em razão de a comprovação do preparo não se ter dado no momento da interposição do recurso de apelação, sendo apenas anexada aos autos uma semana, em evidente violação do art. 511 do CPC/73. 3. **A decisão está em consonância com o entendimento desta Corte de que não se pode conhecer do recurso interposto sem a comprovação do preparo, nos moldes do art. 511, caput, do CPC/73.** 4. O princípio da instrumentalidade estava previsto no art. 154 do CPC/73 nos seguintes termos: Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial. 5. A primeira regra para a aplicação do referido princípio é a inexistência de determinação legal para o cumprimento do ato. 6. No caso dos autos, o pleito se refere ao afastamento da determinação legal de comprovação das custas e do preparo no momento da interposição do recurso, o que não pode ser acolhido, pois, nos termos do art. 511 do CPC/73, há expressa determinação legal no sentido de que referida comprovação deve ser realizada no momento da interposição do recurso. 7. Não se aplica o princípio da instrumentalidade das formas se a interpretação configurar violação à legislação federal. 8. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 800.132/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PREPARO. DESERÇÃO. COMPROVAÇÃO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 83/STJ. INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO. NÃO APROVEITAMENTO DO PREPARO PAGO POR OUTRO RECORRENTE. IMPOSSIBILIDADE JUSTO MOTIVO. LEI ESTADUAL 4.847/93. ANÁLISE DE LEI LOCAL. ART. 538 DO CPC. MULTA. CARÁTER PROTETÓRIO. CABIMENTO. RECURSOS ESPECIAIS CONHECIDOS EM PARTE E IMPROVIDOS. 1. Não há a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do

acórdão recorrido, que enfrentou, motivadamente, o tema abordado no recurso de apelação, ora tidos por omissos e contraditórios. 2. Os embargos de declaração opostos reiteradamente na origem não pretendiam o prequestionamento de questão federal, mas a rediscussão da matéria examinada. Deve ser mantida a multa aplicada com fundamento no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil. 3. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nos termos do art. 511 do Código de Processo Civil, a comprovação do preparo deve ser feita antes da protocolização do recurso, ou concomitantemente com ela, sob pena de caracterizar-se a sua deserção, mesmo que ainda não escoado o prazo recursal.** 4. Ressalte-se que o Tribunal de origem assentou que não se trata de preparo insuficiente, mas de não comprovação do recolhimento dos valores no ato da interposição do recurso. Por isso, desnecessária a intimação da recorrente para complementação, nos termos da jurisprudência desta Corte. 5. Diante das peculiaridades do caso e do modo de agir de cada uma das recorrentes quanto aos atos de improbidade, observa-se que o Tribunal de origem decidiu com acerto ao concluir pela inexistência de litisconsórcio unitário, uma vez que os atos de improbidade são distintos, e, por conseguinte, as sanções aplicadas derivam de condutas distintas, não aproveitando, portanto, o pagamento do preparo, caracterizando-se a deserção. 6. Não é possível o conhecimento da alegada violação do art. 519 do Código de Processo Civil, porquanto pretendem as agravantes a análise da questão com base na interpretação da Lei Estadual 4.847/93. Dessa forma, afasta-se a competência desta Corte Superior de Justiça para o deslinde do desiderato contido no recurso especial. O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em face da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual, "por ofensa a direito local, não cabe recurso extraordinário". 7. Quanto à divergência jurisprudencial, é despendendo sua análise, quando a matéria julgada pela alínea "a" do permissivo constitucional aplica o entendimento pacífico desta Corte, em todos os pontos tidos por divergentes pelos recorrentes Recursos especiais conhecidos em parte e improvidos. (REsp 1504780/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 11/11/2015).

Dessarte, a apelação em deslinde encontra óbice intransponível à sua admissibilidade e conhecimento, qual seja, a **deserção**.

Outrossim, na espécie há de se destacar a prejudicialidade do **recurso adesivo**, porquanto, não conhecida a apelação, em razão da deserção, a análise daquele recurso resta prejudicada.

Diante do exposto e com arrimo no art. 932, inciso III, do

CPC/2015, **não conheço do recurso apelatório**, face à sua deserção, ao passo em que **julgo prejudicado o recurso adesivo**.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 29 de setembro de 2016.

**Juiz Convocado TERCIO CHAVES DE MOURA**  
**Relator**